

ANC
P2

Deformação dos dois turnos

17 MAR 1988

Rio de Janeiro

1. A extensão do pleito em dois turnos, à escolha de prefeitos, foi uma decisão democrática e necessária da Constituinte, destinada, além do mais, a harmonizar o processo municipal ao estadual, para cujo âmbito já havia sido tomada a mesma decisão, e ao federal, que a receberá dentro de poucos dias. O sentido da medida é o de impedir que eleições para cargos majoritários resultem, como é comum, em governos de minoria, designados por um terço e até menos do eleitorado, enfraquecendo a autoridade dos titulares e deformando a vontade popular.

Entretanto, a forma adotada, ao aplicar a regra de dois turnos apenas nos municípios de mais de 200 mil eleitores, contraria o método e está em desarmonia com os conceitos fundamentais. Os critérios vigentes (salvo em curto período da ditadura militar) sempre foram baseados na população e não no número de eleitores; daquela e não destes definem-se, embora com as deformações conhecidas, as quotas de deputados e vereadores. A limitação segundo o número de eleitores, votada pelos constituintes, consumou manobra reacionária; articulada pelo Centrão, buscando garantir o domínio conservador.

Considerando-se que o eleitorado corresponde mais ou menos a 40% da população, temos que para alcançar 200 mil eleitores um município necessita contar, no mínimo, com 500 mil habitantes, o que reduz

drasticamente os números beneficiários. Capitais como Teresina, Vitória, Florianópolis, João Pessoa e Campo Grande, além de cidades da importância de Niterói, Petrópolis, Santos, Ribeirão Preto, Rio Grande, Pelotas, Feira de Santana, Olinda, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Londrina, Ponta Grossa e inúmeras outras ficarão excluídas da determinação, abrangente de número reduzidíssimo de municípios.

Depois do ocorrido, será difícil corrigir de todo o mal feito. Mas a troca do número de eleitores pelo de habitantes, na votação final do plenário, melhoraria de muito o quadro agora estabelecido.

2. A intervenção de João Figueiredo, no programa do PSD, apresentou como ponto mais importante a crítica aos ministros militares acusados, de maneira nada obliqua, de terem mal defendido os oficiais-generais golpistas de 1969, por Ulysses chamados "três patetas", por similitude com os de 1961, na verdade patetões, pois falharam no golpe contra a posse de Jango. É a primeira vez, nos últimos anos, que um ex-chefe militar critica o ministro de sua corporação, mostrando que o ex-presidente, embora não o confesse, dirige-se prioritariamente ao "público interno", seu verdadeiro auditório.

Newton Rodrigues

Primeiro round